



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**TURISMO SUSTENTÁVEL: AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS NO
ESTADO DA PARAÍBA**

Annely Ferreira de Melo

**João Pessoa – PB
Novembro de 2016**

Annely Ferreira de Melo

**TURISMO SUSTENTÁVEL: AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS NO ESTADO DA
PARAÍBA**

**SUSTAINABLE TOURISM: ACTIONS AND PUBLIC POLICIES APPLIED IN THE STATE OF
PARAÍBA**

Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza

**João Pessoa – PB
Novembro de 2016**

ANEXO 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA**

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a) **ANNELY FERREIRA DE MELO** (X) cumpriu
() não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da
Resolução CCG/CCEN/UFPB N. 01/2016 somos de parecer (X) favorável
() desfavorável à aprovação do TCC intitulado: **TURISMO SUSTENTÁVEL:
AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS NO ESTADO DA PARAÍBA.**

Nota final obtida: 8.5

João Pessoa, 16 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza
Professor Orientador

Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima
Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

Me. Rony Lopes Lunguinho
Membro Interno ou Externo

TURISMOSUSTENTÁVEL: AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS NO ESTADO DA PARAÍBA

Annely Ferreira de Melo
Universidade Federal da Paraíba

Bartolomeu Israel de Souza
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este artigo visa levantar discussões sobre desenvolvimento e turismo sustentável, tratando de seus conceitos e aplicações práticas na sociedade, além de trazer uma reflexão sobre a sustentabilidade e o turismo sustentável. Neste contexto, objetivou-se apresentar algumas definições a cerca do tema e refletir sobre a necessidade de se planejar ações que garantam o turismo sustentável, como também mostrar a importância de se conservar a natureza presente no Estado da Paraíba e mostrar algumas ações realizadas na cidade de João Pessoa pela PRODETURNE – I. O trabalho está dividido em três etapas, onde a primeira trata da sustentabilidade desde seu surgimento até os dias de hoje. A segunda trata-se do turismo sustentável neste mesmo contexto, e a terceira aborda de forma específica as contribuições do PRODETUR NE – I para o desenvolvimento do turismo na Paraíba. O termo sustentabilidade é bem presente nos discursos, mas a realidade que se apresenta é bem diferente disso. A urbanização das cidades acontece de forma rápida e sem nenhum planejamento. Existe ainda uma dificuldade de acompanhar os impactos causados ao meio ambiente, e por este fato, o turismo sustentável precisa ser planejado. Sendo assim, se faz necessária esta discussão para que a sociedade reconheça a necessidade de planos e metas para conservação do nosso meio ambiente.

Palavras-chave: Turismo Sustentável, Sustentabilidade, Planejamento.

ABSTRAC

This article aims to raise discussions on development and sustainable tourism, dealing with its concepts and practical applications in society, as well as a reflection on the sustainability and sustainable tourism. In this context, it aimed to

present some definitions about the subject and reflect on the need to plan efforts to ensure sustainable tourism, but also show the importance of conserving nature present in the state of Paraíba and show some actions taken in the city João Pessoa by PRODETUR NE - I. The work is divided into three steps where the first is sustainability since its inception to the present day. The second comes from sustainable tourism in this same context, and the third addresses the specific form the contributions of PRODETUR NE - I for the development of tourism in Paraíba. The term sustainability is very present in the speeches, but the reality that presents itself is quite different from that. The urbanization of cities happens quickly and without any planning. There is also a difficulty in following impacts to the environment, and by this fact, sustainable tourism needs to be planned. So, this is necessary for increasing discussion that society recognizes the need for plans and goals for conservation of our environment.

Key-words: Sustainable tourism, sustainability, planning.

1. INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais visando vantagens econômicas ocorre desde os primórdios das sociedades. Com o passar dos anos, os efeitos desse desornamento de produção e consumo já se instaura em grande escala, sendo responsável por parte da destruição dos recursos naturais, haja vista, que a busca por saciar os desejos ou necessidades humanas nem sempre são pensados de forma coerente, em sua maioria, sobrepondo os limites oferecidos pelos recursos naturais, sendo estes finitos e limitados.

A exploração dos recursos naturais no Brasil ocorre desde a chegada dos colonizadores, onde deforma desordenada, causou danos irreparáveis ao meio ambiente. É conhecido por todos que nossas riquezas naturais desde esta época vêm passando por uma degradação contínua, e atualmente, a temática ambiental é discutida mundialmente e no Brasil não podia ser diferente. Com o constante aumento da exploração dos recursos naturais e os prejuízos que isso causa a sociedade, as grandes cúpulas mundiais organizadas pelas grandes lideranças nacionais passaram a olhar de forma muito particular para a questão ambiental e o controle destes recursos.

Diante destas discussões, surge no Brasil a Lei 6.938 de Política Nacional do Meio Ambiente, criada em 1981, com o objetivo da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Sete anos depois esta Lei foi assegurada pela Constituição de 1988 em seu artigo 225 que diz em sua redação:

Art.225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL. Lei nº 6.938, 1981, art. 225).

A década de 90 foi marcada por um período de mudança e intervenção direta no meio ambiente, e houve nesta época vários debates relacionados ao tema. Diante deste contexto e em meio a preocupações e idéias, surgiu o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.

Este artigo tem como finalidade discutir a questão ambiental, enfatizando o desenvolvimento sustentável e também o turismo sustentável, haja vista, que durante muito tempo a questão ambiental vem sendo assunto no mundo, e diante de tantas catástrofes e diminuição dos recursos naturais se faz necessário e urgente esta discussão.

O respeito à natureza e as pessoas é uma cultura que precisa ser exercitada e é fundamental para a manutenção de uma vida sustentável. Esta responsabilidade de formar uma consciência ambiental vai além dos discursos dos formadores de opinião, e a ética ecológica é dever de todo cidadão para garantir um país mais sustentável. Na perspectiva do turismo esta consciência ecológica também precisa ser contínua, pois é a partir deste ato que preservaremos as riquezas ambientais e culturais presentes em todos os Estados do nosso país.

No Brasil a busca pela mudança desse quadro tem sido feita, mesmo que de forma não satisfatória. Com isso, a realidade tem mudado em algumas cidades, embora ainda tenha muito o que ser feito. Existe uma preocupação com o meio ambiente e a sua preservação, mas essa situação não ocorre em todas as cidades brasileiras. Ainda há muitas cidades que não estão elaborando planos de sustentabilidade, nem tampouco estão investindo no turismo sustentável. Sendo assim, é importante a reflexão constante sobre o meio ambiente e a sustentabilidade, porque cada vez mais nossos recursos naturais vêm desaparecendo e se não houver tal discussão o futuro do turismo no Brasil será comprometido gradativamente, assim como o das nossas riquezas naturais.

É preciso sair do discurso e promover ações eficazes para garantir mudanças de hábitos e atitudes em relação ao uso consciente dos ambientes naturais. Sabe-se que garantir a sustentabilidade não se resume apenas as questões ambientais, mas é preciso rever também as questões socioeconômicas, já que elas perpassam entre si.

É importante ressaltar que o Turismo Sustentável passou a ser essencial para se garantir uma melhor qualidade de vida, e desta forma, reconhecer a importância do desenvolvimento sustentável se faz urgente. Diante deste contexto, o que fora proposto neste trabalho é discutir a questão ambiental utilizando as definições

quanto ao desenvolvimento sustentável, e enfatizando a importância de um turismo que leve em conta a sustentabilidade e a preservação da natureza. Desta forma, também será destacado as ações do PRODETUR NE-I para o desenvolvimento do turismo na Paraíba.

Sustentar de forma consciente uma cidade e garantir um turismo consciente são ações que precisam de metas e planejamento para acontecer. Este artigo visa levantar esta discussão sobre sustentabilidade e o turismo e levar as pessoas a compreenderem melhor de que forma isso acontece.

A metodologia deste artigo caminhou por um aprofundamento do tema através de pesquisas bibliográficas sobre a temática em questão, tendo como apoio os teóricos Elkington (2001, Barbosa (2008), Rodriguez & Silva (2013),) entre outros que abordam a importância da preservação do meio ambiente no que diz respeito à sustentabilidade e turismo sustentável.

O trabalho está dividido em três etapas, onde a primeira trata da sustentabilidade desde seu surgimento até os dias de hoje. A segunda trata-se do turismo sustentável neste mesmo contexto, e a terceira aborda de forma específica as contribuições do PRODETUR NE – I para o desenvolvimento do turismo na Paraíba.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL x SUSTENTABILIDADE

Estamos imersos em uma sociedade capitalista, onde cada vez mais nos tornamos reféns da economia. Preocupamo-nos com o valor da gasolina, com o aumento da energia, com o emprego e renda, e muitas vezes deixamos de lado uma preocupação essencial que é a questão ambiental.

Com o avanço da indústria e da tecnologia a sociedade ampliou sua visão, mas a questão ambiental anda a passos lentos. Ouve-se falar em desenvolvimento sustentável, mas a sua real definição vai além dos discursos presentes na sociedade e nos diversos discursos políticos que se escuta constantemente. Sabe-se da urgente necessidade de cuidar dos recursos naturais do país e do mundo, mas é preciso sair do discurso e colocar em prática as ações de proteção ao meio ambiente.

A preocupação com meio ambiente e em especial com o desenvolvimento sustentável passou a ser assunto no país a partir da Conferência que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992. No Brasil, segundo Barbosa (2008), o termo Desenvolvimento Sustentável tomou forma após a Conferência “Rio 92” e surgiu a partir de estudos realizados pela Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. Este estudo foi realizado pela norueguesa GroHaalen Brundtland dando início a uma preocupação generalizada diante da crise social e ambiental pela qual o mundo passava na segunda metade do século XX. O

conceito Desenvolvimento Sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, em meados da década de 80.

Esta comissão elaborou e desenvolveu durante três anos o relatório batizado de *Our Common Future* (Nosso futuro comum). Ainda conforme Barbosa (2008) o relatório consta das questões sociais sobre o uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano.

O termo Desenvolvimento Sustentável tomou forma após ser aprovado na Agenda 21, que foi realizada na Conferência “Rio 92”, mas ainda sofre variações, dependendo dos autores que escrevem sobre o tema. Cada autor descreve uma definição, mas, no geral, Desenvolvimento Sustentável pode ser aquele que atende a necessidade do presente sem comprometer as reservas das gerações futuras.

A sustentabilidade é um fenômeno fundamental, no qual se subordinam as questões ambiental, econômica e social. Esta ideia foi à base da concepção geral da teoria do desenvolvimento sustentável, oriunda da visão economicista e mecanicista. Este conceito de sustentabilidade foi delineado e adotado pela ONU e a FAO (RODRIGUEZ & SILVA, 2013, p. 186).

A organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) desenvolveram o conceito de que a sustentabilidade está ligada diretamente a questões ambientais, econômicas e sociais, e este conceito de sustentabilidade está ligado a essas três dimensões, ou seja, para que o planejamento seja considerado sustentável, é necessário ter ações eficientes nessas três dimensões, formando assim um tripé, uma base para este plano. O plano de desenvolvimento sustentável consiste nestes três âmbitos:

- A) Preservação da natureza, fazendo utilização dos recursos renováveis;
- B) Limitação e uso racional dos recursos não renováveis;
- C) Respeito ao tempo da natureza e aos ecossistemas naturais.

É importante ressaltar que a mobilização da sociedade pela consciência da preservação dos recursos naturais, organizando-se para que o crescimento econômico não seja avassalador, e sim “sustentável”, é muito importante e tal aspecto é lembrado por Leff (2007, p 62.), ao afirmar que “*a questão ambiental não é ideologicamente neutra nem distante dos problemas sociais e interesses econômicos*”.

Ao aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável evidenciamos a necessidade da avaliação dos impactos em projetos, e no âmbito do turismo isso também é bastante válido. Deve haver a implantação de políticas públicas para o

uso e proteção dos recursos naturais. Analisar os impactos positivos e minimizar os negativos é muito importante neste processo.

As diferentes percepções da problemática ambiental geram demandas diferenciadas de conhecimentos teóricos e práticos. É preciso estudar os efeitos da problemática ambiental sobre as transformações metodológicas, as transferências conceituais e a circulação terminológica entre as diferentes disciplinas que participam na explicação e diagnóstico das transformações sócio-ambientais (LEFF, 2001 *apud* HANAI, 2012, p. 208).

No Brasil, e em outros países emergentes, a questão do desenvolvimento sustentável tem-se desenvolvido a passos lentos, mesmo havendo uma consciência ambiental, muitas empresas ainda estão centralizadas somente ao lucro, deixando de lado a importância das questões ambientais e sociais.

Segundo Brundtland *apud* Scharf, (2004, p. 19) “Desenvolvimento Sustentável é a forma com as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Não comprometer os bens naturais para as gerações futuras é um dever de todos e ter consciência ambiental não é apenas conhecer o problema, mas encontrar meios de mudar a realidade que se assola no país. Desenvolver de forma sustentável, projetos, indústrias e empresas se faz necessário para que as futuras gerações não paguem pelo preço da irresponsabilidade ambiental e mau uso dos bens naturais.

1.1 Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável está ligado a três dimensões: econômica, social e ambiental. De acordo com Elkington (2001), na visão convencional, o pilar econômico se resume ao lucro da organização, portanto, para calculá-lo os contadores utilizam apenas dados numéricos. Nesta abordagem o capital está dividido em físico e financeiro e a sustentabilidade econômica da organização acontece em longo prazo.

De acordo com Elkington (2001, p. 89) “...em parte ela (capital social) considera o capital humano, na forma de saúde, habilidades e educação, mas também deve abranger medidas de saúde da sociedade e do potencial de criação de riqueza”. Nesta perspectiva a criação de riquezas está atrelada a forma como a sociedade trabalha junta em prol de uma construção coletiva. A união da sociedade para tentar se desenvolver é um caminho para que o objetivo das ações seja atingido.

Segundo Elkington (2001), quando se pensa na pobreza, na escravidão e no trabalho infantil, pode-se considerar que as iniciativas sociais tenham uma história mais ampla que as iniciativas ambientais. O pilar ambiental conforme Elkington (2001) trata da importância das empresas desenvolverem a sustentabilidade com consciência ambiental, ou seja, é preciso que elas consigam avaliar se são ambientalmente sustentáveis e para que isso ocorra é necessário que compreendam o significado da expressão do capital natural.

O capital natural se apresenta em duas formas segundo o autor. A primeira seria o Capital natural cíclico que garante a perpetuidade do ecossistema e a segunda o Capital natural renovável ou substituível que se resume aos recursos naturais renováveis.

Diante destes três pilares, podemos definir desenvolvimento sustentável como sendo o conjunto das dimensões econômica, social e ambiental e as empresas devem gerir o desenvolvimento sempre considerando estes aspectos.

2. TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo Ferraz & Pais (2010), desde os primórdios e antes do domínio das técnicas de agricultura e das civilizações o homem era nômade, e sempre procurava em outras localidades o alimento para sua sobrevivência. A humanidade sempre procurou meios para sua sobrevivência e uma característica essencial nos seres humanos é a capacidade de adaptar-se a novos lugares e ambientes. O homem pré-histórico quando não podia mais usufruir de alimentos em um determinado lugar, se deslocava para outro até encontrar. Essa característica do homem primitivo o fazia nômade.

Segundo Fourastié (1979) *apud* Ruschmann (2008) a palavra turismo surgiu no século XIX, mas foi a partir do século XX e após a Segunda Guerra Mundial que ele evoluiu. Antigamente o turismo era privilégio da elite que dispunha de dinheiro e tempo para viagens.

Atualmente, o ato de se deslocar para outro local está atrelado ao trabalho, busca pela diversão e melhores condições de vida e este movimento em busca de novos lugares, culturas e melhoria, dependendo do tempo em que podem durar, pode ser entendido como Turismo.

Segundo a OMT (Organização Mundial de Turismo), entende-se por turismo:

... o deslocamento e as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas, bem como, as relações que surgem entre eles, em lugares distintos de seu ambiente natural, por período de tempo consecutivo inferior a um ano e

mínimo de 24 horas (pernoite no destino), principalmente com fins de lazer, negócio e outros. (BALANZÁ, NADAL, 2003, p. 05)

O turismo proporciona vários momentos, inclusive de lazer, trabalho, estudo, entre outros benefícios, e é uma atividade que utiliza os recursos naturais e depende deles. O turismo faz da natureza pontos turísticos ao mesmo tempo em que precisa de infraestrutura para receber os visitantes. Expandir o turismo atinge diretamente a economia, a sociedade e o meio ambiente e devido a este conjunto de ações se desenvolveu o turismo sustentável.

Segundo Ruschmann (2008) a massificação da atividade turística ocorreu entre os anos 1950 e 1970 quando os pacotes turísticos conduziram milhares de pessoas há lugares remotos do mundo. Ainda segundo o autor foi na década de 80 com o desenvolvimento econômico que o turismo avançou e a maior parte da população dispunha de férias e as camadas mais populares também tiveram acesso a pacotes turísticos.

Com o aumento do turismo houve também grandes impactos ambientais nos lugares visitados e surgiu a partir dessa demanda uma preocupação com os impactos negativos que a atividade turística trouxe.

Conforme o Programa das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente (PNUMA), o termo turismo sustentável surgiu na década de 90 após o documento oficial da ONU que institucionaliza o conceito desenvolvimento sustentável no relatório Brundtland (1991). Segundo documento da OMT de 2003, *apud* Korossy (2008, p. 63),

...o turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro". Ele deve ser concebido como um condutor da gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades econômicas, sociais e estéticas quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida.

O turismo sustentável visa manter uma infraestrutura sem atingir negativamente o meio ambiente. Nesta perspectiva o turismo sustentável respeita a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos. Estruturar um projeto de turismo sustentável e colocá-lo em prática exige um planejamento e atitudes ambientalistas.

Segundo Candiottto (2009, pag.51), na mesma conferência, chamada também de O'Globe 90, foram elencados os benefícios do turismo sustentável:

- estimula a compreensão dos impactos do turismo;
- assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;
- gera empregos locais, diretos e indiretos;
- estimula indústrias domésticas lucrativas;
- gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- diversifica a economia local, sobretudo em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- procura ser participativo na tomada de decisões entre os atores, e incorpora o planejamento e o zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema;
- estimula o desenvolvimento do transporte local, comunicações e outras infraestruturas para a comunidade;
- cria facilidades de recreação que podem ser usadas pela comunidade local;
- o turismo natural encoraja o uso produtivo de terras consideradas impróprias para a agricultura;
- o turismo cultural intensifica a autoestima da comunidade local;
- demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los.
- monitora e administra os impactos do turismo, e opõe-se a qualquer efeito negativo. (O'GLOBE *apud* SWARBROOKE, 2000).

Para Silveira (2001), o turismo sustentável é aquele que deve atender as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem por em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Nesta perspectiva, o turismo sustentável deve promover a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica.

Segundo Marujo & Carvalho (2010) *apud* Godfry (1996), o conceito de desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo é dividido em duas escolas de pensamento: o produto e as abordagens da indústria. Na primeira escola nota-se que é necessário encontrar estratégias para o desenvolvimento sustentável investigando a maneira como o turismo se comporta diante das questões ambientais. E a segunda escola trata da abordagem da indústria voltada ao turismo sustentável.

A maior dificuldade destas duas escolas de pensamento é que elas representam “demonstrações ilusórias em vez de casos reais específicos de sustentabilidade” (KNOWLES et al., 2004, p. 146). Modificar as empresas de turismo, segundo o

autor, exige uma abordagem organizada e abrangente voltada para a comunidade, porque a empresa não poderá garantir o desenvolvimento sustentável sem a ajuda da comunidade que está inserida na rota turística.

Diante das dificuldades de representar situações reais sobre sustentabilidade surgiu a ideia de que o desenvolvimento sustentável só funciona no turismo com planejamento. Marujo & Carvalho (2010) apresenta diversas definições deste tipo de planejamento e cita Carvalho (2009), que afirma que no turismo, o planejamento é uma condição necessária para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade. Se planejar é preciso e se faz necessário o que falta para que o turismo sustentável saia do discurso e entre na realidade? Uma série de fatores impedem que este planejamento seja funcional.

Para Ruschmann e Widmer (2000) o planejamento do turismo é uma tarefa complexa que envolve aspectos relacionados com a ocupação do território, a economia, a cultura dos núcleos receptores, as características dos destinos emissores e a consequente heterogeneidade dos turistas.

Assim, vejamos no quadro 1, que os princípios apresentados pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS)/Instituto de Hospitalidade (IH) (2005) servem como norteadores, haja vista, que a sustentabilidade do turismo é fundamentada por um conjunto mínimo de princípios, onde através de diversos critérios, pode ser observado o desenvolvimento de padrões e normas correspondentes a seus respectivos indicadores de desempenho e parâmetros de verificação.

Quadro 1- Princípios do Turismo Sustentável estabelecidos pelo CBTS

1 - Respeitar a legislação vigente

O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país e as convenções internacionais de que o país é signatário.

2 - Garantir os direitos das populações locais

O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.

3 - Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade

Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.

4 - Considerar o patrimônio cultural e valores locais

O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões localidades receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às

tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.

5 - Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos

O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

6 - Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes

O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos.

7 - Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis

O turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócio visando engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas, em assuntos de sustentabilidade desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão.

Fonte: Instituto de Hospitalidade, 2005, pp. 25-26.

Para tornar mais eficiente os frutos que geram a política de preservação, projetos que visam à responsabilidade social e ambiental ligados ao turismo são importantes para o firmamento de projetos de proteção ambiental. Os hotéis, redes de oferta turística em geral, também fazem parte do processo de preservação ambiental e de turismo sustentável.

Não é uma tarefa simples planejar ações no turismo sustentável porque existe uma série de fatores envolvidos. Independente da dificuldade é preciso dar o primeiro passo, para que o planejamento amenize os impactos ambientais e conte com a ajuda da comunidade local mesmo que essas mudanças sejam em longo prazo.

O planejamento é essencial porque é através dele que o turismo sustentável vai dar frutos e diminuir os problemas socioambientais que a falta de cuidado e preservação gera. Não adianta mostrar apenas uma gestão sustentável, ele deve ser posto em prática e ser eficiente, trazendo benefícios econômicos às comunidades locais, como também, minimizar ao máximo os impactos negativos.

É preciso que meio ambiente e turismo possua uma relação equilibrada para que no futuro outras pessoas possam usufruir das belezas ambientais. Promover um turismo sustentável exige planejamento e tal ação precisa ser uma prioridade e não uma opção. Como o meio ambiente constitui um elemento fundamental do turismo sua manutenção sadia é essencial para esta atividade e avaliar os impactos que ocorrem sobre o meio ambiente é extremamente difícil segundo Mathieson e Wall (1998) *apud* Ruschmann, (2008). Os autores ainda apontam para cinco razões pelas quais essas avaliações sobre os impactos ao meio ambiente se tornam difíceis de verificar, que são elas:

A primeira razão apontada pelo autor é o fato do homem estar vivendo e modificando a natureza a milhares de anos. Sendo assim, é difícil estabelecer uma base para medir as modificações. Ou seja, muitos lugares de tanto serem visitados perderam a sua essência e é quase impossível compreender o meio ambiente sem os efeitos provocados pelo turismo.

A segunda razão apontada pelo autor é de que mesmo sem a intervenção humana, o meio ambiente sofre modificações com o passar do tempo e fica difícil determinar se as alterações são provocadas pelo desenvolvimento do turismo ou não.

Em terceiro lugar, as complexas interações do fenômeno turístico com o meio ambiente geram diferentes impactos e variações de graus dos impactos. Além do mais, o autor relata os impactos específicos que ocorrem com um determinado grupo de pessoas, tipos de vegetação ou espécies de vida selvagem. Sendo assim torna-se quase impossível se medir, rastrear ou monitorar estas ações.

A quarta razão é a da causa e efeito que reside na descontinuidade espacial e temporal. Exemplo disso são as erosões que ocorrem e afetam o fluxo das águas prejudicando certos tipos de espécies, fauna e flora.

A quinta e última razão consiste na seleção dos indicadores, quais deles utilizar e o que significam. Conforme o autor, o problema está ligado à identificação das variáveis, e a considerar a indicação de mudanças provocadas pelo turismo.

No Brasil, o Plano Nacional do Turismo (PNT) surgiu em 2003 com a finalidade de garantir um importante setor de desenvolvimento socioeconômico, tendo como objetivo a formulação e implantação de políticas para o setor através de um processo aberto, buscando ser democrático decorrente da proposta de gestão descentralizada.

A elaboração do Plano Nacional de Turismo, nas edições de 2003-2007 e 2007-2010, contou com a ampla participação dos segmentos representativos que integram o Sistema Nacional de Turismo, segundo um formato de trabalho conjunto que privilegiou momentos de reflexão, no Ministério do Turismo e no Conselho Nacional de Turismo, sobre as perspectivas e proposições para o desenvolvimento da atividade. (PNT 2013-2016, p. 43).

Conforme o Plano Nacional do Turismo (2013-2016 pag. 64), o Ministério do Turismo foi criado para atender quatro grandes objetivos:

- I- preparar o turismo brasileiro para os megaeventos;
- II- incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros;

III- incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil;

IV- melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

O Plano Nacional de Turismo prevê o desenvolvimento econômico deixando de lado a questão ambiental, e surge com a preocupação da utilização da natureza para exploração das suas belezas e a competitividade.

Como se pode ver a realidade do turismo sustentável é completamente diferente do discurso da OMT, porque há um longo caminho a percorrer, inclusive no Brasil. Segundo Silveira(2001, p. 140)“Para o desenvolvimento sustentável do turismo é preciso que se formule e execute uma política territorial e uma estratégia de desenvolvimento local baseada no planejamento integrado da atividade turística”.

Precisamos evoluir e criar planos e metas para que o respeito ao turismo e a valorização das riquezas ambientais presentes em nosso país saia do discurso de geração de emprego e renda e entre na sustentabilidade no âmbito ecológico.

Como é tratado, o turismo sustentável ou a sustentabilidade do turismo torna-se um mito e mascara e simplifica uma série de questões importantes que envolvem a prática turística. Questões políticas, econômicas, sociais e ambientais ficam acobertadas no momento que se supervaloriza as formas de uso e o perfil de seus usuários. O que deveria ser um fim acaba-se por se tornar um meio. Um meio de se justificar e possibilitar a exploração dos recursos naturais e sociais das localidades e por um período maior de tempo, encobrendo muitas vezes os impactos negativos gerados (SILVA, 2004, p. 15).

O autor aponta para questões importantes a serem consideradas e critica a postura de se valorizar apenas os perfis dos usuários. Ainda segundo o autor, a verdade é mascarada e não se desperta para os impactos ambientais gerados.

A sustentabilidade no turismo retrata a necessidade de se proporcionar aos visitantes e a comunidade visitada o bem estar e o desenvolvimento econômico sem deixar de lado a preservação ambiental. Desta forma, os três pilares da sustentabilidade estão interligados e precisam ser vistos de forma seria e consciente.

No Brasil, é comum que as pessoas confundam turismo sustentável com Ecoturismo, ou seja, não estamos falando de lugares isolados para preservação, mas tudo que está dentro e fora da “Rota turística” deve ser respeitado e preservado. Como exemplo, podemos citar os aeroportos, rodoviárias, rodovias, hotéis, pontos turísticos, cultura local, economia e etc.

A prática do turismo sustentável deve ultrapassar apenas o momento em que se trata diretamente com o turista, haja vista, que o mesmo não se configura por ser apenas em momentos pontuais, devendo ser mantido a segurança, limpeza e incentivo a cultura local, pensando coletivamente e planejando ações que envolvam a esfera econômica, social, cultural e ambiental.

Turismo sustentável é o turismo que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos. (Butler *apud* Partidário, 1999, p.81):

Diversos são os autores que colocam que o turismo sustentável é uma utopia e que sua complexidade dificulta o desenvolvimento real da sustentabilidade. Por outro lado, outros autores entendem que pequenos passos devem ser dado para que o mesmo se fortaleça e se firme como um passo importante na busca da sustentabilidade, não visto apenas como fonte de renda.

Cada cidade turística brasileira precisa desenvolver a sustentabilidade e respeitar a cultura local. O desenvolvimento de Plano de turismo sustentável é uma pauta que não deve deixar de ser discutida pelos políticos e sociedade.

O Considerando que o turismo é uma atividade dinâmica e que os impactos e suas consequências mudam constantemente – como consequência das modificações, tanto dos objetivos, tanto dos turistas como das comunidades receptoras das flutuações nos processos relacionados com a economia, o meio ambiente e com as mudanças tecnológicas - o seu monitoramento periódico torna-se imprescindível. (RUSCHMANN, 2008, p. 36).

É necessário que os impactos causados ao meio ambiente sejam monitorados, e através do apoio e incentivos a população local mostrar a importância da prática de um turismo sustentável, valorizando mais do que a parte econômica, dando ênfase também ao âmbito social, cultural e ecológico.

3. CONTRIBUIÇÕES DO PRODETURNE – I PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA PARAÍBA

O Projeto de Desenvolvimento do turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) foi criado durante a presidência de Fernando Collor de Melo, através de uma portaria conjunta entre a SUDENE e a EMBRATUR, em 01 de novembro de 1991. O projeto em sua primeira fase abarcava todos os estados Nordestinos, e na segunda fase além dos estados Nordestinos foi inserida a região norte dos estados de Minas

Gerais e Espírito Santo, tendo como apoiadores financeiros o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e o Banco do Nordeste foi o órgão executor responsável.

No tocante a estrutura do PRODETUR-NE, Beni (2006, p. 27) afirma que;

O PRODETUR/ NE foi estruturado com recursos externos, provenientes em sua quase totalidade BID e do Banco Mundial (BIRD), tornando-se o programa por meio do qual o governo interviu na região através de ações de ordenamento e de alavancagem do processo de desenvolvimento turístico no território, notadamente com a implantação de infra-estrutura básica (transporte, saneamento, energia), instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação turística e definição para a expansão turística. Os recursos e investimentos destinados a esse programa foram concentradamente aplicados na construção e operacionalização dos aeroportos da região.

O objetivo principal do PRODETUR-NE se refere ao desenvolvimento do turismo, com investimentos e financiamento de obras de infraestrutura, projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e empresarial e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios (BNB, 2016).

Os investimentos na busca do desenvolvimento do turismo só começaram em 1994, a partir do momento em que o turismo ganha força e passa a se firmar como importante eixo governamental, tendo contribuição direta devido à da criação dos PRDT's (Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo), parte disso decorrente dos investimentos do PRODETUR-NE, que na sua primeira fase investiu US\$ 626 milhões, na execução de 264 projetos em sua área de abrangência. Na Paraíba, os investimentos do PRODETUR NE-I começaram em 1994, com a apresentação do documento "Estratégia para Desenvolvimento da Atividade Turística no Estado da Paraíba" e ao termino do seu período de execução e desembolsos, concluídos em junho de 2005, foi investido no estado US\$ 32,783 milhões, sendo US\$ 19,997 injetados pelo BID, e US\$ 12,786 inseridos pela iniciativa privada e órgãos governamentais (BNB, 2005).

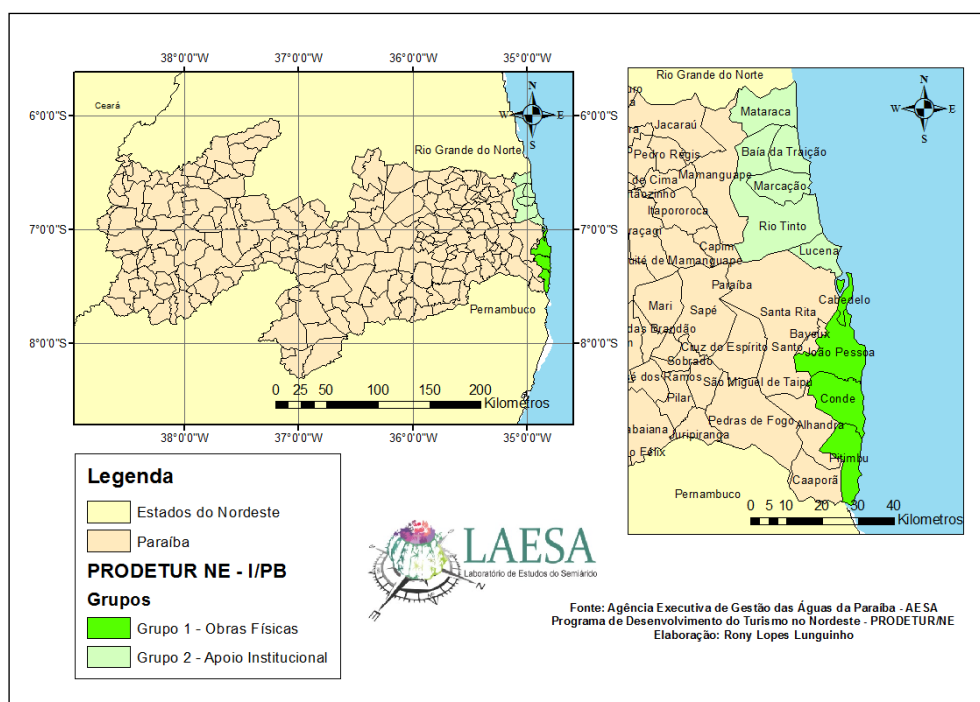
Com isso, os recursos foram divididos da seguinte forma (Quadro 2):

Quadro 2- Distribuição de recursos a determinadas áreas

Destinado a:	%
Obras de saneamento de diversas praias	42,7%
Rodovia de acesso às praias	28,8%
Resíduos sólidos e recuperação ambiental	12,5%
Patrimônio histórico	3,9%
Demais ações e encargos	12,0%

A área de investimento do PRODETUR NE-I/PB compreendeu apenas o eixo litorâneo (Figura 1), e os componentes que foram beneficiadas visando o desenvolvimento do turismo tomando como base os atrativos naturais e culturais, foram sol, mar, sítio histórico e ecologia. Ao todo nove municípios foram contemplados com estes recursos, e foram distribuídos em dois grupos, ficando da seguinte forma: O primeiro grupo formado pelos municípios aonde ocorreram investimentos em obras físicas, sendo eles Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu. O segundo grupo foi composto pelos municípios contemplados com ações de desenvolvimento institucional (Planos Diretores) e com a elaboração do projeto da Rodovia PB-008 Norte, sendo eles: Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação e Lucena.

Figura 1: Municípios Paraibanos contemplados com recursos do PRODETUR NE-I



As ações do PRODETUR NE-I/PB e os devidos custos foram distribuídos da seguinte forma (Quadro 3):

COMPONENTE	AÇÃO	VALOR R\$	%
Saneamento	Água Polo Turístico Cabo Branco	2.161.541	2.54
	Esgoto Polo Turístico Cabo Branco	2.921.867	3.43

	ETE Pedreira 07, Esgoto Valentina Figueiredo, Esgoto do Timbó e Bancários e Esgoto do Bessa.	44.214.611	51.86
	Esgoto Praias Ponta de Campina, Poço, Camboinha, Areia Dourada (1ª Etapa).	10.036.353	12.27
Transportes	Rodovia Abelardo Jurema-PB 008 (trecho Polo Cabo Branco/Jacumã/Tambaba)	10.878.865	13.20
	Rodovia Abelardo Jurema – PB 008 (trecho:Tambaba/Pitimbu/Acaú)	2.921.867	3.43
	Projeto de Engenharia/EIA RIMA/Avaliação Socioeconômica da PB 008 – Norte (trecho: Lucena/Rio Tinto/Mamanguape/Mataraca/Divis a RN)	337.712	0.39
Recuperação do Patrimônio Histórico	Centro Histórico de João Pessoa (Museu Arquitetura, Pátio e Igreja de S. Frei Pedro Gonçalves).	571.788	0.67
Desenvolvimento Institucional	DER-PB	177.240	0.21
	PBTUR	820.228	0.96
	CAGEPA	247.213	0.29
	SUDEMA	795.674	0.93
	UEE-PRODETUR	162.523	0.19
	IDEME – Planos Diretores Municipais	470.432	0.55
TOTAL		85.258.101	100

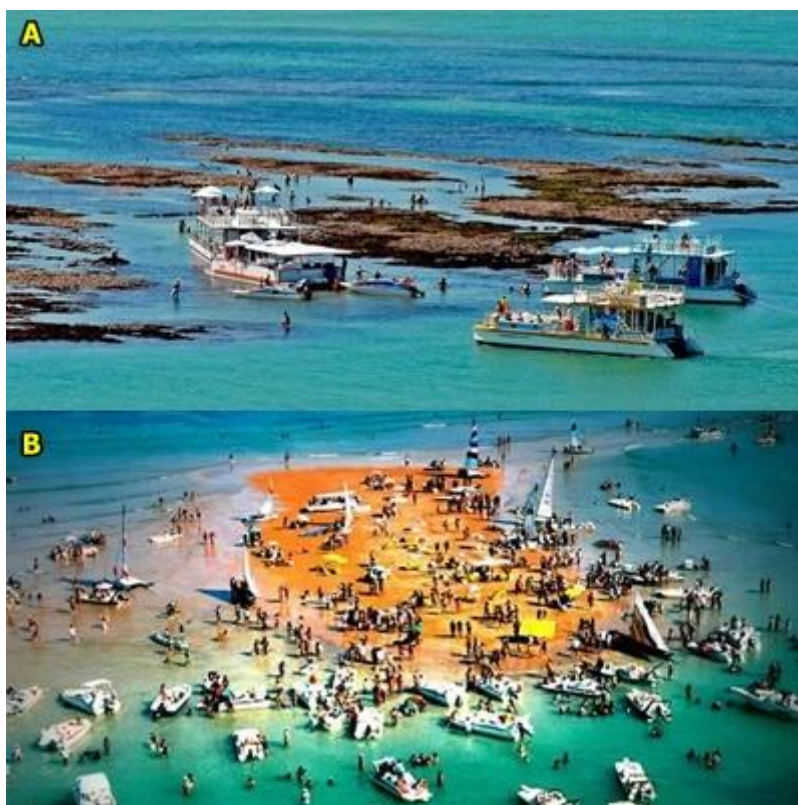
Fonte: BNB - Avaliação do PRODETUR NE-I/PB (2005).

Com base no exposto no quadro 3 podemos perceber que a maior parte dos investimentos foram feitos no tocante a melhoria de infraestrutura, mais precisamente na parte de saneamento básico, medida importante tanto se levado em consideração quanto saúde da população local, como numa perspectiva de uma visão diferenciada da visão dos turistas, partindo para uma aproximação da prática de um turismo sustentável, mas ainda distante do desejável.

Vale destacar o projeto de administração de resíduos sólidos previsto para a Paraíba, que tinha previsão de ser executado com recursos do PRODETUR/NE I, mas acabou sendo executado com outra fonte de financiamento, e em agosto de 2003 fechou definitivamente o Lixão do Roger e foi inaugurado novo aterro sanitário de João Pessoa-PB. Contudo, 13 anos após o fechamento do lixão, ainda que de forma reduzida, o mesmo ainda recebe depósito de resíduos.

Segundo a OMT (2003), o turismo e as atividades desenvolvidas por ele é vista como opção para o desenvolvimento de uma prática econômica sustentável. Mas também ressalta que estamos longe de atingir o esperado/desejável, haja vista que são poucos os exemplos em que acontece essa junção, e atinja o sucesso pela busca da sustentabilidade. O Brasil não foge a regra, muito menos a Paraíba, onde temos como exemplo mais nítido o que acontece com o uso predatório das piscinas naturais de Picãozinho e Areia Vermelha (Figura 2).

Figura 2 – Pontos turísticos do Estado onde não se aplica o Turismo Sustentável:
A - Piscinas naturais de Picãozinho; B – Areia Vermelha.



Fonte: A – Paraíba Já (2016). B – Paraíba (2016). Organização: próprio autor

Nas últimas décadas a população mundial que reside próxima às áreas costeiras tem crescido, e com isso, o aumento do uso dos recursos dessa zona merecem ser monitoradas, para que haja a conservação destes ambientes. Levando como exemplo as piscinas naturais de Picãozinho e Areia Vermelha, que movimentam uma das atividades turísticas do litoral paraibano, com mergulhos e passeios náuticos, esta prática vem causando danos físicos aos recifes.

A segunda fase do PRODETUR-NE foi iniciada em 1999, e concluída no ano de 2012, mas a Paraíba não foi contemplada com recursos do mesmo, tendo relação direta devido à mudança no quadro político do estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sair do discurso e por em pratica ações de sustentabilidade é dever de todos. O que se encontra com facilidade, é mais considerado como práticas de turismo predatório do que ecoturismo, onde nem sempre as comunidades locais estão inseridas no processo, fazendo com que seja descaracterizado tanto o desenvolvimento Sustentável, como o turismo sustentável. Infelizmente, ainda existe o pensamento retrogrado voltado para o interesse econômico, e deixam de lado questões sociais e ambientais.

Dentro do caminho pesquisado objetivou-se trazer a reflexão sobre a importância da sustentabilidade e do turismo sustentável e com isso, observou-se que há uma dificuldade de acompanhar os impactos causados ao meio ambiente de forma direta ou indireta, e que o turismo sustentável precisa de planejamento e ações eficazes para reduzir os impactos causados ao meio ambiente. Notou-se também que sustentabilidade não esta ligada apenas as questões ambientais, mas as sociais e econômicas, porque elas estão interligadas e uma sem a outra não garantem a sustentabilidade e o turismo sustentável.

É nítida a forma como a questão sustentabilidade ainda é discutida de forma fragmentada, principalmente no que diz respeito ao turismo sustentável. Fala-se em grandes obras, em construções civis, em preservação de algumas reservas naturais, mas no geral acabam deixando de lado a sociedade, as questões culturais e econômicas das comunidades locais.

Conclui-se que, mesmo com avanços voltados a questões referentes à temática abordada neste trabalho, ainda se faz necessário expandir e reforçar as políticas e os avanços nas questões sobre o desenvolvimento sustentável e turismo Sustentável, visto que o que foi feito, e continua sendo feito ainda é pouco.

A natureza não espera. Os recursos naturais não são eternos. É preciso ter a responsabilidade ambiental, social e econômica, e trabalhar de forma ordenada e consciente, sabendo que os mesmos são finitos.

Tamanha importância tem o turismo, que nas últimas décadas fez com que o mesmo se consolidasse como uma alternativa estratégica de forte cunho político, nos planos de Governo, principalmente no tocante aos estados do Nordeste, onde a Paraíba não foge a regra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANZÁ, I.M.; NADAL, M.C. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BARBOSA, M. A. O Ecoturismo e a sustentabilidade. Goiânia 2008. Disponível: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2587/1/MARCIANA%20ALVES%20BARBOSA.pdf>. Acesso 20 de Julho de 2016.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. **Prodetur**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/prodetur> Acesso em: 13 de out. de 2016.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. **Relatório Final do Projeto Parte 01**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/120632/937235/relatorio_final_do_PRODETUR-NE-I.pdf/8e1ac9e1-7745-4fef-878c-ab654147b7ec. Acesso em: 05 de out. de 2016.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. **Avaliação do PRODETUR NE-I/PB**. Disponível em: http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/pb_2_1_a_valiacao_prodetur_i_100708.pdf. Acesso em: 18 de out. de 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF 31 de ago. de 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm

BRUNDTLAND, G. **Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BUTLER, R.W. Sustainable tourism – a state of art review. **Tourism Geographies: an international journal of tourism space, place and environment**, Florence, n.1, v.1, p.7-25, feb. 1999.

CANDIOTTO, L.Z.P.; CORRÊA, W.K. **Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal**. **Geografia, Associação de Geografia Teórica (AGETEO)**, Rio Claro, v.29, n.2, p.265-280, mai/ago. 2004.

CARVALHO, P. **Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais**, 2009. Disponível em: www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf. Acesso em: 15/07/2016

ELKINGTON, J. **Canibais de Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FERRAZ, Fernando Toledo. PAIS, Carlos. **O desenvolvimento local sustentável através do turismo e dainovação: um diagnóstico da região do Vale Europeu, Santa Catarina, Brasil.** RELATÓRIOS DE PESQUISA EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO V. 10 N. 14, 2010.

HANAI, F.Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté - SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Certificação em turismo sustentável: Norma Nacional para Meios de Hospedagem – Requisitos para a sustentabilidade – NIH-54.** São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2005.

KNOWLES, T., DIAMANTIS, D. & EL-MOURHABI, J.B. (2004) **The globalization of tourism & hospitality: a strategic perspective.** 2ª edição. Thomson.

KOROSSY, N. **Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística.** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, 2008.

LEFF, E. **Saber ambiental.** Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARUJO, Maria Noémi& CARVALHO, Paulo Carvalho: **Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável;** Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 3, n. 2,2010.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p. Original em inglês: Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism. World Tourism Organization, 1998.

Paraíba Já. **Vereador propõe criação de unidade de conservação em Picãozinho.** Disponível em: <http://paraibaja.com.br/18734/sem-categoria/vereador-propoe-para-criacao-de-unidade-de-conservacao-de-picaozinho/>. Acesso em: 08 nov. 2016.

PARAÍBA. Portaria volta a proibir comerciantes em Areia Vermelha: 'praticamente uma feira', diz Promotor. Disponível em: <http://www.paraiba.com.br/2016/01/15/66011-portaria-volta-a-proibir-comerciantes-em-areia-vermelha-esta-praticamente-uma-feira-diz-promotor>. Acesso em: 08 nov. 2016.

PARTIDÁRIO, M.R. Ambiente e turismo. Economia e Prospectiva. **Rev. do Ministério da Economia, 1999**, p.79-88, fev., 1998.

PNT – Plano Nacional de Turismo. **O Turismo fazendo muito mais elo Brasil, 2013-2016**. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. Acesso em: 05 de ago. de 2016.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios**. 3ª Ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2013. 242p.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14ª Ed. São Paulo: Papirus, 2008.

RUSCHMANN, D.; WIDMER, G. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M. (Org.), **Turismo: como aprender, como ensinar**, São Paulo: SENAC, 2000.

SCHARF, R. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

SILVA, C. As possibilidades e impossibilidades da sustentabilidade do sistema turístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 7, 2004, Curitiba. **Anais....** Curitiba, PR: UFPR/UNICENP, 2004 (CD ROM).

SILVEIRA, M. A. T. **As políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil**. In: SOUZA, Maria José (Org). Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB Departamento de Geografia e Ministério do Meio Ambiente, p. 39-51, 2001.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.